

Experiências e vivências de mulheres agricultoras no Oeste do Paraná*

Gladis Hoerlle**

Este artigo tem como propósito a reflexão acerca das experiências e memórias de mulheres agricultoras aposentadas que vivem no espaço urbano do município de Marechal Cândido Rondon, extremo Oeste do estado do Paraná.¹ Estão em foco mulheres que, depois de uma vida de trabalho intenso na “colônia”, como se referem à propriedade rural, deixaram aquele espaço, acompanhadas de suas famílias, para morar na “cidade”, o espaço urbano do município, na busca de um envelhecimento “mais tranquilo” e de um ambiente no qual estivessem mais próximas de outras pessoas da mesma geração.

As mulheres entrevistadas para este trabalho têm em comum a geração e experiências vividas desde a migração para a região, além do seu deslocamento do campo para o espaço urbano. Essas mulheres, todas oriundas de áreas rurais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, migraram para a região Oeste do Paraná nas décadas de 1950 e 1960, durante o processo de ocupação das terras promovido pela Companhia Industrial Madeireira e

* Este texto é um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada *Envelhecer na cidade: memórias de mulheres aposentadas oriundas do espaço rural (Marechal Cândido Rondon – PR)*, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Linha de pesquisa Práticas Culturais e Identidades.

** Mestre em História pela Unioeste. E-mail: gladishoerlle@hotmail.com.

1 O município possui atualmente uma área de 748.281 km² e uma população de 46.819 habitantes. O solo de terra roxa é fértil, adequado ao plantio de soja, milho e trigo, produtos agrícolas cultivados. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85960&btOk=ok>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá), iniciado a partir de fins dos anos 1940. As entrevistadas se mudaram para o Paraná entre os anos 1955 e 1972, todas já casadas e com filhos pequenos. Todas elas nasceram e foram criadas no meio rural, trabalharam a maior parte de suas vidas junto com os maridos e filhos na agricultura, na condição de pequenas proprietárias e, mais tarde, se mudaram com parte da família para o espaço urbano do município.

A ocupação do município, da qual muitas destas mulheres tomaram parte a partir de fins dos anos 1940, havia sido baseada em pequenas propriedades rurais, nas quais mulheres e homens se dedicavam à produção agropecuária, inicialmente para a própria família, mais tarde para o mercado.²

Ao discorrer sobre a constituição de um “espaço colonial” no Oeste do Paraná, o historiador Valdir Gregory ressalta que a Maripá se tornou a mais importante empresa colonizadora que atuou na região. Segundo ele, “a partir de 1946, esta companhia colonizadora privada se empenhou em organizar o referido espaço e nele atuar para efetivar a ocupação de pequenas parcelas rurais destinadas à policultura familiar” (Gregory, 2002, p. 109). Assim o autor define a constituição desse “espaço colonial”:

A projeção do espaço colonial da Maripá pretendia fomentar a formação de uma área povoada por pequenos produtores familiares e de uma densidade populacional elevada, comparada com os padrões da maior parte do território rural brasileiro. Esta forma de organização do espaço rural repercutiu, diretamente, sobre a formação social posterior. Influenciou na organização da produção agrícola, na formação de núcleos populacionais, nas futuras cidades e vilas e na distribuição populacional. (Gregory, 2002, p. 121).

Para o autor, “foi projetado um espaço no qual, a partir da dinâmica demográfica, econômica e social, foram constituídos os espaços físico, humano, social e econômico desta colônia” (Gregory, 2002, p. 104). Conforme o autor, aquela empresa teria organizado uma ocupação “exclusiva para colonos escolhidos” (Gregory, 2002, p. 175). Para os administradores da Maripá, os colonos mais adequados ao modelo idealizado de ocupação territorial seriam os de ascendência alemã e italiana oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Partia-se do pressuposto de que eles teriam experiência

2 Sobre a ocupação do município vide Gregory (2002).

na produção das pequenas propriedades rurais e sua base seria o trabalho familiar, condição necessária para o sucesso daquele empreendimento.

Com base em entrevistas com mulheres que se mudaram para o espaço urbano de Marechal Cândido Rondon entre os anos 1978 e 2010, junto com os maridos e/ou filhos crescidos, e que atualmente são aposentadas e têm entre 70 e 84 anos de idade, analisaremos suas experiências e memórias, considerando as mudanças socioeconômicas vivenciadas e as transformações dos espaços ocorridas nas últimas décadas. Analisaremos as experiências femininas nos processos migratórios para a região e seus deslocamentos do campo para a cidade, como lidaram e lidam com as transformações ocorridas no cotidiano da região e em suas próprias vidas, e quais os significados atribuídos à aposentadoria e ao processo de envelhecimento.

O deslocamento da colônia para a cidade e a conquista da aposentadoria marcaram as vidas dessas mulheres. Apesar de Marechal Cândido Rondon ser um município de pequeno porte, essas mulheres, ao se deslocarem para o espaço urbano, se depararam com práticas e ritmos diferentes daqueles a que estavam acostumadas.

A cientista social Gláucia de Oliveira Assis, que desenvolve estudos sobre migrações internacionais, gênero e redes sociais, argumenta a necessidade de não apenas se ressaltar a participação das mulheres em estudos sobre migração, mas também contemplar a perspectiva de gênero: “Desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno ocorre articulado em uma rede de relações que envolvem gênero, parentesco e geração” (Assis, 2007, p. 751).

Estas relações estão presentes nas experiências migratórias das mulheres cujas narrativas orais são objeto de análise deste trabalho. A seguir, a partir da análise de entrevistas realizadas com seis mulheres, procuramos perceber como elas vão se constituindo como sujeitos num processo contínuo de mudanças e transformações em suas vidas, levando em conta a questão geracional.

Migração, trabalho na roça e cotidiano

A migração para o Oeste do Paraná significou o afastamento de outros familiares, provocando mudanças e novos arranjos nas relações familiares. Para as mulheres entrevistadas, partir significou se distanciar do convívio dos pais e passar a administrar a sua própria família e suas necessidades. Assumir

o comando de sua casa e propriedade, sem a ajuda dos pais, levou a um relacionamento mais intenso com os vizinhos próximos.

Gláucia de Oliveira Assis, ao analisar a inserção das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos, demonstra que “a migração não é resultado apenas de uma escolha racional, mas também de estratégias familiares nas quais homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para rearranjos das relações familiares e de gênero” (Assis, 2007, p. 745). Isso pode ser percebido no relato de dona Olinda, 82 anos, casada, mãe de sete filhos, que julgou importante falar disso:

Quando nós veio aqui, a mãe falou: ‘Não vai junto, tu ganha saudade’. Mas eu tinha que ir junto e não ganhei. [...] A mãe e o pai ficou. A mãe disse: ‘Leva uma colher junto e sempre come com isso, daí não ganha saudade’. [risos] Deu certo, mas a maioria nem se lembrava [mais] da colher. (Wittech, 2011).

Dona Olinda, assim como muitas outras mulheres, ao migrar deixou para trás seus pais e familiares para acompanhar o marido. Em suas lembranças está presente a emoção sentida pela separação dos pais e a preocupação de sua mãe em relação à saudade que a filha porventura sentiria. A colher seria o símbolo do elo que as ligava e as aproximava, apesar da distância física. O novo cotidiano, entretanto, teria integrado os membros da família à dinâmica local, pois, com o tempo, segundo ela, “nem se lembrava [mais] da colher”. Apesar de dizer “eu tinha que ir junto”, percebe-se que ela escolheu deixar para trás o espaço conhecido ao lado dos pais para acompanhar o marido e encarar um mundo desconhecido e cheio de desafios.

As mulheres entrevistadas, após sua chegada ao Paraná, contam que assumiram muitas responsabilidades, tanto no trabalho da propriedade rural, junto com o marido, quanto no espaço doméstico, na criação dos filhos e manutenção da ordem familiar. Elas, em geral, assumiram o lugar social que em geral cabia às mulheres entre famílias de pequenos produtores rurais no Sul do Brasil, ou seja, ajudar no trabalho da roça e cuidar do serviço doméstico.

Entre os trabalhadores migrantes não havia apenas homens. Lá também estavam suas esposas, inseridas nas atividades cotidianas da propriedade como força de trabalho. A presença das mulheres foi importante para o estabelecimento dos agricultores na terra recém adquirida e também na formação e na manutenção da família e da propriedade.

O historiador Davi Félix Schreiner, ao escrever sobre o movimento migratório para a região, destaca a importância da conquista da terra para aqueles pequenos agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para quem o trabalho familiar na terra seria um “elemento central na ética camponesa” (Schreiner, 2009, p. 66). Baseado no antropólogo Klaas Woortmann, ele afirma que valores como terra, família e trabalho eram partilhados por aqueles agricultores que buscavam possibilidades de reprodução de seus modos de vida. Segundo Klaas Woortmann (1990, p. 23), “nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”.

As qualidades éticas pessoais aliadas ao trabalho, entendido como dever, eram vistas como necessárias à construção do patrimônio familiar, como se pode aprender durante o processo de rememoração de algumas entrevistadas. Na entrevista de dona Rení, 76 anos, casada, mãe de seis filhos, percebe-se a valorização de alguns comportamentos, como honestidade, trabalho árduo e parcimônia na hora de gastar. Quando perguntada sobre a instalação na colônia, respondeu:

Foi difícil. Muito difícil. Nossa! Nós começamo no mato, meu Deus, cortamo mato, eu e ele [marido] construímo tudo o que que nós temos lá [na propriedade, em Iguiporã]. Tudo com o serrote assim, não tinha dinheiro pra comprar uma motosserra. Depois mais, quando nós tinha as dívidas pago, daí ele comprou uma motosserra. Porque ele não fez dívida, sempre com o dinheiro que nós fizemos ele comprou. (Riffel, 2011).

Outra entrevistada, dona Dora, 77 anos, viúva, mãe de oito filhos, também rememora esta fase da sua vida ressaltando a dificuldade do trabalho pesado no meio do mato:

Daí resolvemo de vim para o Paraná, mas nós fomo para a cidade de Mercedes. Hoje é cidade, na época não era. [Em] 55. Dali trabalhemo muito tempo com lavoura de trigo, lavoura de milho. Nós tinha gado, nós tinha porco, galinha... E era meio pesado, porque era tudo mato, no pique, no meio do mato, mulher... não foi fácil. (Kolm, 2011).

Dona Dora migrou para o Paraná, inicialmente para a localidade de Mercedes, junto com seu marido e três filhos pequenos. A família veio de

Rio do Sul, Santa Catarina, depois de ter comprado uma área de terra ainda coberta de mato para trabalhar na agricultura. Segundo a entrevistada, em 1955, quando ali chegaram, havia apenas cinco ou seis casas na localidade, e o vizinho mais próximo morava a cerca de um quilômetro e meio de distância.

Ao rememorar esse tempo, dona Dora utiliza pronome da primeira pessoa do plural: “[nós] resolvemo”, “nós fomo” e “[nós] trabalhemo”. Assim, ela se inclui como parte ativa em todo o processo migratório e no trabalho realizado na colônia. Ela narra não somente sua trajetória, mas também a da família. Outras mulheres entrevistadas rememoram de forma semelhante esse aspecto da migração para o Oeste do Paraná e suas atividades na propriedade rural.

É o caso também de dona Irmélia, que migrou com o marido e três filhos pequenos para o Paraná bem mais tarde, em 1972. Antes disso, a família, oriunda do Rio Grande do Sul, havia morado por alguns anos em Guaraciaba, Santa Catarina. Com muita economia e a ajuda do sogro, que já morava no Paraná, conseguiram comprar “um pedacinho de chão pra cultivá”, como ela rememora:

E quando a gente veio morar aqui pro Paraná em 1972, no meio do mato, no meio dos tocos, fazia as queimadas na roça e as crianças ajudavam. [...] A terra, graças a Deus que nós tinha um pedacinho de chão pra cultivá, né, e também adquirir muitas vezes com dificuldade, né. Bem no começo, né, foi um pedaço que meu marido já adquiriu e de tropeiro ainda, né. Que ele trabalhava pro meu sogro e daí meu sogro ajudou ele a comprar a terra e daí ele adquiriu isso com o trabalho dele de casa, também foi um sacrifício porque ele não teve uma mão [ajuda]. (Schmitt, I., 2011).

Para dona Irmélia, a chegada ao Paraná deu início a uma nova etapa na vida de sua família. Para ela, a ajuda de todos, inclusive das crianças, foi importante para o bom andamento da propriedade. Em sua narrativa fica expressa a valorização da terra como meio de sustento da família. Muito embora mencione que todos os membros da família trabalhassem na propriedade e narre muitas passagens do passado se utilizando do pronome “nós” ou da expressão “a gente”, quando aborda a aquisição da terra, o sujeito não é coletivo, mas o marido, como fica explícito no trecho citado.

Com base nas narrativas orais, percebemos que na colônia o trabalho era árduo. Os casais levantavam cedo e trabalhavam durante todo o dia na

propriedade. As crianças iam junto com os pais, ficando sob seus cuidados enquanto trabalhavam, conforme lembra dona Carmelita, 68 anos, casada, mãe de três filhos: “[...] eu levava as crianças, nós levava as criança junto, né. Não tinha como, assim, tinha que ajudá” (Van der Sand, 2009). Ela e o marido vivem na cidade desde 1982, depois que uma parte da terra pertencente à família foi desapropriada pela usina de Itaipu.

As mulheres nas colônias do Oeste do Paraná se desdobravam entre o trabalho na roça junto com seus maridos, a preparação das refeições, o cuidado dos filhos e a costura das roupas da família. Dona Carmelita lembra que os ritmos na colônia não eram regulados pelo calendário, mas pelas lidas na roça e pelas tarefas a serem executadas. Em geral, o dia era todo dedicado ao trabalho que precisava ser realizado pelo casal. Embora trabalhassem a semana toda, o domingo era considerado sagrado, dedicado ao descanso e às sociabilidades entre vizinhos e conhecidos. A dificuldade de locomoção fazia com que tivessem contato apenas com os vizinhos mais próximos. Isso fez com que, numa ocasião, um vizinho tivesse chamado a atenção do casal para o fato de estarem trabalhando num dia de domingo:

Nós carneamo um porco, nós achava que era um dia de semana, né, achava que era sábado. Daí veio o vizinho domingo de manhã: ‘Ué vizinho’, ele disse, ‘você carneando porco no domingo?’ Daí o Edvino [marido] falou assim: ‘Mas hoje não é domingo, hoje é sábado’. E ele falou que era domingo, daí era domingo mesmo. Nós não tinha rádio, nós não tinha. Naquela época não tinha TV, não tinha luz, nada, né. [...] E assim foi indo, né. (Van der Sand, 2009).

No trecho citado, o passado é lido através da comparação entre o tempo presente e o passado, no que se refere aos meios de comunicação. Hoje, dona Carmelita se situa no tempo, entre outras formas, pelos meios de comunicação existentes e pelos ritmos da vida urbana. Assim, quando ela fala da falta de informação, de energia elétrica, de acesso ao rádio e à televisão ela quer dizer que o sofrimento no passado não se limitava ao trabalho duro, mas também que se relacionava à falta de qualquer tipo de comodidade ou conforto em casa. Ela percebe isso como sendo diferente dos dias de hoje, depois das mudanças havidas com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, as quais tornaram possível o acesso a produtos ou informações, mesmo na zona rural e facilitaram a vida dos agricultores.

“Porque na colônia, o que que a gente tinha?”

Dona Valéria, de 71 anos, lembra do cotidiano de trabalho na roça, quando morava em uma chácara nas proximidades da “cidade”, como um tempo de dificuldades. Viúva, mãe de cinco filhos, mora no espaço urbano do município há 33 anos. Não é aposentada, mas recebe pensão por viuvez. Em suas memórias, o espaço rural do passado aparece como um lugar de muito trabalho. Pelo fato da família ter na época uma área pequena de terra, apenas três hectares, ela e o marido não podiam dar aos filhos a perspectiva de uma vida melhor. Seu marido trabalhava como pedreiro na cidade para complementar a renda da família. Depois que os filhos cresceram, eles acabaram trocando a chácara em que moravam por um terreno e uma casa na “cidade” para que os filhos pudessem estudar e trabalhar no comércio. Ela assim comenta sobre a situação financeira vivida pela família no período em que dependiam da agricultura para sobreviver:

Porque na colônia, o que que a gente tinha? Não tinha muita coisa, sabe? A gente trabalhava mais assim, pro gasto, né, corria pro gasto, vendia, tinha coisa, mas se virava, daí só mais assim pro gasto, porque ele [marido] trabalhava fora. [...] Sempre, não era pra dizer que nós passemos fome, mas também não tinha que sobrasse coisa, né. Tinha pra viver. (Armanje, 2011).

De acordo com ela, ela apenas “tinha pra viver”. Apesar de não terem passado fome, não sobrava muita coisa. Ao ressaltar que trabalhava apenas “pro gasto”, dona Valéria compara o tempo em que vivia na colônia, levando uma vida modesta, com o tempo atual, considerado por ela de maior fartura. Ao observar hoje a vida dos agricultores que andam de carro e possuem máquinas agrícolas que facilitam seu trabalho, ela diz: “hoje em dia tudo assim na colônia já é melhor”. Ao ser perguntada sobre os produtos que cultivava e os animais criados e se ela vendia o excedente, respondeu:

Sim, vendia, mas, só tinha umas duas vaquinha pra vender leite, não dava muito, né. E hoje em dia, tudo assim na colônia já é melhor, eu que acho, eu não sei também... E ali na cidade também, hoje é mais fácil, porque tem mais serviço, sabe, naquela época não ganhava muito serviço. Porque quando nós viemos morar pra cá, quando nós morava na colônia, eu mandava, às vezes, os filho levá uns ovos pra vender, uma dúzia de ovos, nem achava onde vender, pra comprar um pouquinho de coisa assim, como açúcar, farinha,

uma coisa..., isso nem achava de vender, porque tinha muito, sabe, e poucos que compraram, né. Depois eu comecei de vender leite aqui, mas não pra leiteiro, porque não passava, daí os filhos fizeram assim, entregavam nas casas um pouquinho, sempre ajudava um pouco. (Armanje, 2011).

Estratégias de sobrevivência entre o campo e a cidade ajudaram a família até os filhos crescerem e arrumarem emprego na cidade, para assim ajudarem na renda familiar. Ela também compara a vida de antes e a vida de agora, tanto no campo quanto na cidade, dizendo que atualmente “é bem melhor”, “tá mais fácil”, “tem mais serviço” do que há alguns anos. Para ela, a oferta de trabalho na cidade proporcionaria uma vida melhor, tanto para os habitantes urbanos, quanto para os agricultores. O comércio de produtos excedentes seria bem mais fácil no tempo presente do que no passado.

O relato de dona Valéria dá conta de um processo mais amplo, de transformação na agricultura na região. A mecanização, somada a outros fatores, intensificou as mobilidades do espaço rural para o urbano na região, assim como o êxodo para outras regiões. Essas mudanças são assim discutidas pelo historiador Robson Laverdi:

No caso do Oeste, as políticas de modernização da agricultura, bem como as relações de trabalho e produção, somavam-se às desapropriações de terras dos pequenos agricultores para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu no limiar dos anos 1980, que agravou sobremaneira a situação daqueles que tinham migrado em passado tão recente. A fronteira agrícola que havia sido planejada como um modelo de agricultura minifundiária de produção familiar e por migrantes sulinos, selecionados entre aqueles de origem européia, começara assim a se esfacelar, antes de mostrar seus primeiros resultados. (Laverdi, 2005, p. 58-59).

Com a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu e a consequente formação do lago, em 1982, houve uma redução do número de habitantes na região. Em 1993 houve também a emancipação de quatro distritos do município de Marechal Cândido Rondon: Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes e, assim, a diminuição de sua área.³

3 A esse respeito ver Peris (2003). A aprovação da lei de emancipação dos distritos de Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes ocorreu em 1990, e a instalação dos novos municípios deu-se no dia 1 de janeiro de 1993.

Com a formação do lago e a inundação das terras, muitos agricultores mudaram para a o espaço urbano e outros migraram em busca de novas terras para cultivar, principalmente para as regiões Norte e Nordeste do país. A respeito da migração como possibilidade de acesso a terra como espaço de trabalho e reprodução de vida do agricultor e de sua família, o historiador Davi Schreiner entende que

[...] a migração foi adotada pelos agricultores com pouca terra porque viram nela a condição de reprodução social em melhores condições. As pessoas se deslocam, segundo as possibilidades abertas pelo contexto socioeconômico do seu tempo. Se há melhores condições no campo, mesmo em outras regiões, então se deslocam para lá. (Schreiner, 2002, p. 64).

A partir dos anos 1970, o processo de mecanização de agricultura resultou em drásticas alterações na região, como o êxodo rural. A agricultura, que era basicamente familiar, passou a sofrer com as consequências da produção em grande escala, principalmente de soja e milho. O mercado do agronegócio, que estava despontando na década de 1970, exigia que os agricultores investissem na modernização das técnicas de cultivo para incrementar a produção. Esse tipo de agricultura veio acompanhado de consequências socioeconômicas, como a concentração de terras em áreas maiores nas mãos de um número menor de agricultores, enriquecendo alguns e empobrecendo outros. Com isso houve a constituição de uma nova paisagem agrícola, com o cultivo em larga escala de produtos destinados unicamente ao mercado de consumo. Para os que mantiveram suas atividades no campo, seu cotidiano sofreu alterações no modo de viver e trabalhar.⁴

Sobre o processo de concentração fundiária e o desenvolvimento do agronegócio na região, era necessário que os agricultores tivessem condições de investir financeiramente em tecnologia para aumentar a produtividade nas suas propriedades e assim inseri-las no mercado global. Como aponta o historiador Davi Schreiner:

No caso do Oeste/Sudoeste do Paraná, este quadro de traços paradoxais explicita-se de forma contundente. A ocupação do território e a expansão do capitalismo, nesta região, engendraram processos de exclusão e exploração.

4 A esse respeito ver Ferrari (2009).

Os dramas sociais ali vividos foram tecidos pelas profundas modificações que o mundo rural brasileiro sofreu, sobretudo, durante a segunda metade do século XX, e que culminaram, no passado recente, com a construção de várias usinas hidrelétricas, a ‘modernização da agricultura’ e o intenso êxodo rural. (Schreiner, 2002, p. 22).

Dentro dessa conjuntura, muitos dos colonos que contavam já com uma idade mais avançada e com os filhos adultos resolveram mudar-se para o espaço urbano e deixar a propriedade ao cuidado dos filhos, ou, então, no caso dos proprietários de áreas de terra menores, acabaram vendendo-as para grandes produtores e investindo em outro tipo de atividade ou simplesmente vivendo de sua aposentadoria.

Cidade, cotidiano e novas sociabilidades

Dona Rení, apesar de morar na cidade há 17 anos e ser aposentada, ainda conserva hábitos comuns aos trabalhadores do campo, como acordar bem cedo, molhar as plantas, cultivar verduras para o consumo próprio e cuidar da limpeza da casa. Assim ela lembra:

Nas primeiras semanas, meu Deus! Pra ir lá no sítio, até nós queria ajudá a trabalhá. No primeiro ano às vez ainda fomo um pouquinho, depois o filho falou: ‘Não, mãe, só vem passear, ninguém trabalha mais agora.’ Mas quando eu veio pra casa, as vez eu fui de ônibus [pra colônia]. Quando as vacas me viram: ‘Mééh...’ [risos] Me conheceram ainda. (Riffel, 2011).

No trecho destacado, dona Rení narra como se sentiu quando ela e o marido deixaram a colônia para viver na cidade, devido a problemas de saúde do marido, que não podia mais trabalhar sob o sol. Na época, os dois tinham mais de cinquenta anos de idade. No início ela disse ter sido contra a ideia mas, com o apoio e incentivo dos filhos, eles compraram uma casa na cidade e se mudaram, deixando a propriedade aos cuidados do único filho homem.

A família de dona Rení não rompeu completamente com a vida na colônia, pois o filho exerce atividade produtiva nas terras e entrega parte da renda aos pais. Na análise da entrevista de dona Rení, se percebe que teve dificuldade em mudar o seu modo de vida, pois ela sempre havia tido uma

vida pautada no trabalho no campo. A vontade de “pegar junto” e ajudar nas tarefas, quando retornava à colônia, segundo ela, era muito grande, tanto que ela muitas vezes pegava o ônibus e voltava “pra casa”, como ela se referiu ao espaço antes habitado. No trecho citado ela também deixa transparecer a dificuldade de se desapegar dos animais da colônia. Somente depois que o filho advertiu para não mais ir à colônia para trabalhar, mas só para passear, que ela começou a compreender que a sua vida devia seguir outro rumo.

Dona Reni, aos poucos, foi se acostumando à vida na cidade, conhecendo novas pessoas, aprendendo a usufruir do tempo livre, participando de atividades na igreja, do grupo de idosos e construindo novas relações de amizade. Agora, passados mais de vinte anos, ela afirma se sentir em casa na cidade e não querer mais voltar para a colônia: “Agora eu gosto de ir pra lá, mas eu não ia mais ficar no sítio. Eu falei pro filho, pra tudo eles: ‘Agora, vocês iam falar: – Fica aqui! – Eu não. Eu vou pra casa. Olha...’” (Riffel, 2011).

Como dona Reni, a maior parte das mulheres entrevistadas migrou para a cidade devido ao avanço da idade e da saúde frágil, ou seja, por não poder mais trabalhar na agricultura. Elas permaneceram na terra enquanto tiveram disposição física para o trabalho. Algumas também saíram do campo por conta da desapropriação de suas terras, no todo ou em parte, em razão da construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Outras também buscavam oportunidades de estudo para os filhos na cidade.

Esse era o caso de dona Carmelita, que mudou para a cidade depois que uma parte da terra pertencente à família foi desapropriada pela Itaipu. Em sua entrevista ela conta aspectos desta experiência:

Nós fomos indenizados pela Itaipu, né, e daí nós tinha que saí daquela moradia onde a gente morava. Nós perdemo uma boa parte [da terra]. Nós tinha uma casa mais ou menos lá, uma casa de madeira. Já que os filho queria estudá aqui. Depois nós tinha que arrumá empregado, né, pra cuidá da terra. Daí nós arrumamo pessoas que cuidavam da terra, dirigiam trator. (Van der Sand, 2009).

Como já tinham comprado um terreno na cidade anteriormente, pensando em investir, migraram para o espaço urbano para que os filhos pudessem estudar. A propriedade ficou aos cuidados de empregados contratados para cuidar da plantação. Era preciso alguém que soubesse manejar o trator, as máquinas e implementos agrícolas. Seu Edvino, o marido, supervisionava

o trabalho dos empregados e se deslocava constantemente da propriedade para a cidade e vice-versa. Assim ela narra sobre a mudança para a cidade:

Depois... nós viemo em 82. Porque os filho estudavam em Pato Bragado e aqui em Rondon já tinha 2º grau. Depois que nós tinha arrumado um dinheirinho, nós já tinha comprado dois terreno. Daí quando começô aqui em Rondon, já tinha faculdade, tinha 2º grau, a gente veio pra Rondon pra eles estudá, né. Daí a gente... nós sempre comentava, quando tiver um dinheirinho, vamo comprá um terreno, daí então, esse ano, vai sobrá um pouquinho daí nós vamos comprá um terreno em Rondon, porque é investimento tamém, né. Quando a gente tinha um dinheirinho, o Edvino tinha esse costume de sempre comprá uma área de terra. (Van der Sand, 2009).

Para dona Carmelita, o viver na cidade trouxe um certo alívio, assim como uma melhora em sua vida, pois a vida na colônia era de “sofrimento”. Ao ser perguntada se foi fácil acostumar na cidade, assim ela responde:

Foi... Foi... [risos] Imagina também, do sofrimento, vem aliviá um pouco, né. Daí muitas vizinha de Pato Bragado, ih... as vizinha vieram visitá a gente pra vê como a gente tava, né, queria ver onde é que nós tava morando, e perguntavam ‘Mas Carmem, tu não tem saudade da colônia, das tuas vaquinha, não sei o quê’. Eu dizia: ‘Eu não’. Bem mais fácil, a vida mudou um pouco. Me acostumei logo, entrei logo nos eixo [risos]. Daí, aqui em Rondon também a gente trabalhava. (Van der Sand, 2009).

Ao dizer “entrei logo nos eixo”, afirma ter se adaptado à vida na cidade. Muito embora ali continuasse a trabalhar, era diferente. Provavelmente dona Carmelita esteja comparando o trabalho duro, “sofrido”, que realizava na colônia com o trabalho mais leve que realizava na cidade. A cidade não era apenas um lugar de descanso, mas também de trabalho para as mulheres. Como dona de casa, cabiam a ela todas as tarefas relacionadas à limpeza da casa, das roupas e do preparo da alimentação e do cuidado dos três filhos adolescentes.

Percebe-se que o viver na cidade trouxe mudanças nas suas relações familiares. A cidade vivida, apreendida por ela, era diferente da cidade sonhada, com acesso a diferentes produtos e pensada como um lugar de tranquilidade e descanso. É o que pode ser percebido quando ela lembra do tempo em que

morava na colônia em Pato Bragado, e vinha para a cidade de Marechal Cândido Rondon fazer compras no supermercado. Ela afirma que sentia prazer quando se deslocava para a cidade para comprar frutas e produtos industrializados. Esse prazer só foi possível para dona Carmelita depois de muitos anos de trabalho, pois no primeiro tempo em que viviam na propriedade só tinham dinheiro para gastar com o básico, como farinha, feijão, arroz, açúcar e carne, considerados essenciais para a sobrevivência. Ali só eram consumidas frutas e verduras produzidas por eles ou recebidas de algum vizinho. A este respeito ela narra:

Bom, os mercado... tu pediu antes dos mercado. E a gente vinha prá Rondon, daí aqui em Rondon a gente conseguia comprá fruta, porque em Pato Bragado nós não conseguia comprar frutas, né. Eu hoje até comento às vez, como que era bonito, a gente vinha... [...] E daí, pegá o carrinho e passá e enchê o carrinho de compra, né... Era maravilhoso. E daí, uma vez por semana ou a cada 15 dias a gente vinha, principalmente pra comprá frutas e comprá as coisas assim, de comprar farinha, pro mês inteiro, às vez. Arroz até nós colhia, nós plantava arroz naquela época. E depois, quando viemos morá pra cá, daí já melhorou, né. (Van der Sand, 2009).

Dona Carmelita vivenciou uma realidade que também estava presente na vida de outras mulheres que deixaram a colônia para viver na cidade. Ainda que a família morasse na cidade, o marido continuava trabalhando na propriedade, tomando conta da lavoura e da granja de suínos construída depois da mudança da família. Ele passava a semana na colônia e voltava para a cidade nos finais de semana ou quando chovia e não podia trabalhar. Essa dinâmica entre a vida no campo e na cidade fez com que a ausência do marido fosse bastante sentida. A solidão com que ela se deparou depois que os filhos cresceram e tomaram rumos distintos, fez com entrasse em depressão:

Depois o Edvino [marido] resolveu construir uma granja de porco, voltou pra Pato Bragado de novo, daí ele ia em segundas e voltava em sextas, né. E eu toda a semana aqui em Rondon, né, sozinha com as criança, eu me virava. Quando chovia ele ficava aqui, quando era tempo bom então ele... ele ia pra Pato Bragado. Depois mais tarde, quando os filhos já tinham se formado, daí um casou, um foi pros Estados Unidos e outro foi estudar em Ponta Grossa e naquele ano o Edvino construiu a granja de porco em Pato

Bragado, eu fiquei bem sozinha. Isso foi um tempo muito difícil pra mim também. Eu ficava o dia inteiro... Se eu não ia no muro prá conversá com minha vizinha, eu ficava o dia inteiro sem abri a boca, né. (Van der Sand, 2009).

Morar na cidade, sem a presença do marido, isolou-a. A cidade que aproxima também é a cidade que isola. O muro que separava dona Carmelita da vizinha pode ser então entendido como uma metáfora desse isolamento, uma barreira que a impedia de ver a vida que corria na cidade e participar dela. O contato com a vizinha era a única forma de sair de sua reclusão.

As funções da cidade se diferenciam para algumas das entrevistadas, como é o caso de dona Carmelita, que mudou para a cidade e continuou com as terras na colônia. O marido continuou trabalhando na propriedade, se deslocando continuamente entre um espaço e outro. Já para dona Irmélia, o deslocamento para a cidade foi forçado e, em relação a isso, persiste um ressentimento. Ela e sua família migraram para a cidade em 1981, depois que sua terra foi indenizada por causa da construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Ela se ressentiu porque considera que, se tivesse podido ficar na propriedade rural, hoje estaria melhor. Segundo ela, a desapropriação sofrida desestabilizou a vida financeira da família:

Muito mal endividado a gente ficou, muito mal endividado e daí nós tinha comprado terra em Terra Roxa e daí pagava 60% e o resto na safra, né, daí a safra secou, não deu e daí a gente se apertou lá. E até novembro podia plantar lá a terra da indenização, só que também secou, então assim não tinha dúvida nenhuma, daí foi muito difícil, essa mudança toda também, né. Porque aqui em Marechal o povo se aproveitava, porque a Itaipu pagava à vista, né, então se a Itaipu pagava à vista, mas eles não pagava, mas eles aumentavam tanto o valor das terras. Quando a Itaipu começou a pagar, eles aumentaram tanto o valor da terra, que o povo não conseguia comprar a mesma área e Marechal não tinha terra igual que era indenizada, que a nossa terra era plaina, sete alqueire de terra plaina e nós não conseguia nunca comprar sete alqueire de terra plaina aqui em Marechal. Pelo valor, o que tinha de terras assim, ninguém vendia, né, e as outras era ainda muito caro. Você não conseguia comprar, porque se fosse melhor, ele não dava e se fosse você conseguir comprar, ninguém sairia de Marechal. (Schmitt, I., 2011).

Suas memórias contêm forte ressentimento não somente em relação à Itaipu, mas também em relação a algumas pessoas na cidade que teriam se aproveitado da situação, aumentando o valor das terras à venda para os atingidos pela barragem da Itaipu. Na sua avaliação, o valor que foi pago estava muito aquém do preço real das terras da mesma categoria e em condições similares às suas, no município.

Diversos trabalhos acadêmicos sobre a construção da hidrelétrica de Itaipu se referem aos expropriados e aos movimentos sociais ligados ao acontecimento. Destaco o trabalho de Judite Veranisa Schmitt, que, em dissertação de Mestrado em História analisa diferentes aspectos presentes na memória dos atingidos por Itaipu, entre os quais, os critérios estabelecidos pelos representantes da hidrelétrica para o pagamento das terras e das indenizações. De acordo com ela:

As categorias de terras que foram criadas pelos funcionários da Binacional respeitavam o seguinte: pagava-se a terra conforme e localização, o tipo de solo, se a terra era plana ou acidentada, assim, uma parte de uma mesma propriedade de um expropriado tinha preços diferenciados e também as propriedades dos desapropriados tinham preços diferentes, sendo estes critérios criticados pelos atingidos nas suas mobilizações. (Schmitt, J., 2008, p. 60).

Os atingidos se articularam em movimentos de mobilização para expressar a indignação em relação às propostas de indenização feitas pelo governo e pelas concessionárias que administravam a Itaipu. Segundo a autora:

O movimento dos atingidos teve apoio de vários órgãos e instituições. Uma destas instituições, que esteve presente nas mobilizações, foi a Comissão Pastoral da Terra, que interferiu no movimento, através de inúmeros trabalhos coletivos de base, realizados junto aos expropriados, pelos membros que tinham uma caminhada, voltada às questões sociais e consideravam a forma de indenização, promovida pela Itaipu incoerente, impossibilitando aos atingidos a sobrevivência em outros lugares. (Schmitt, J., 2008, p. 5).

A CPT (Comissão Pastoral da Terra), através de suas lideranças, apoiou a organização do “Movimento Justiça e Terra” que atuou junto às negociações dos agricultores da região que estavam sendo desapropriados com Itaipu na época das indenizações para a construção da usina e tinha como objetivo a defesa dos direitos dos agricultores.

Percebe-se que, assim como dona Irmélia, muitos dos pequenos agricultores da região tiveram experiências semelhantes ao serem atingidos pela construção da barragem, não recebendo uma compensação justa por suas terras. Assim, não puderam comprar outra área de terra na região, equivalente àquela que havia sido desapropriada.

Embora descontentes com o rumo tomado depois da indenização, a preocupação em proporcionar estudo aos filhos levou Irmélia e sua família a morarem no espaço urbano de Marechal Cândido Rondon, apesar de, com o dinheiro recebido pela indenização da Itaipu, terem comprado uma área de terra para cultivar no município de Terra Roxa. Como eles haviam sido proprietários de uma área de terra pequena em Pato Bragado, apenas sete alqueires, e parte desta área foi alvo da desapropriação, não conseguiram comprar terras com a mesma qualidade no município de Marechal Cândido Rondon, decidindo por comprá-las no município vizinho. Como as terras eram longe da escola, passaram a morar em uma chácara, próximo ao centro de Marechal Cândido Rondon, para que os filhos pudessem estudar.

A preocupação com o estudo dos filhos está presente em sua narrativa, ao descrever toda esta etapa de sua vida. Assim ela responde, quando perguntada a respeito do que os levou a morar na cidade:

Por causa dos filho, porque quando nós morava bem no interior, em Pato Bragado, era com lotação que iam estudar, né, e eu não queria, nem o meu marido, ninguém, nós não queria que elas andassem de noite, a gente não confiava, naquela época a gente não confiava no mundo, né. E como nos ia ser indenizado da Itaipu, nós tinha que sair daqui pra morar num lugar, mas vocês podem ir pro colégio, né. Daí no final das coisas, depois de quando a Itaipu veio, nós não conseguimos comprar terra em Marechal, porque Marechal era tudo à vista, à vista a terra, daí a gente só comprou em Terra Roxa e lá era longe também pra ir na escola, daí a gente veio morar aqui em Marechal, numa chácara alugada, alugada não, nós morava de graça, só cuida a chácara, daí pras meninas ir na escola, por isso que nós viemos morar na cidade, né. Se fosse nossa intenção, a gente nem viria, ficaria na colônia, tava bem melhor do que... Hoje em dia sim, pra idade que a gente tá, a gente não pode mais cuidar na lavoura, né, mas a gente tá melhor aqui, mas na época que a gente veio pra cá, se a gente tivesse ficado na colônia nós tava melhor, a gente só fez pros filhos estudar, né. (Schmitt, I., 2011).

Percebe-se na narrativa de dona Irmélia um sentimento de revolta por conta de todas as mudanças e sacrifícios que a família teve que enfrentar, depois da desapropriação de sua terra pela concessionária que administrava a Itaipu.

A preocupação com o estudo dos filhos também estava presente na vida de dona Valéria. Ela morava em uma chácara nas proximidades da cidade e desde 1979 mora no espaço urbano. A cidade era vista como uma possibilidade de ampliação das oportunidades para os filhos, pois o campo não era uma alternativa suficiente para garantir um melhor futuro profissional a eles. Sua família vendeu a pequena propriedade que possuía, e com o dinheiro obtido comprou uma casa na cidade para que os filhos pudessem estudar e trabalhar.

A instalação de novas empresas comerciais e prestadoras de serviços provocou a geração de novos empregos na cidade. O campo e a cidade estavam passando por um intenso processo de transformação e reestruturação. As mudanças exigiam dos agricultores uma preparação adequada para atender às demandas do novo mercado do agronegócio. Para aumentar a produtividade eram necessários investimentos financeiros e tecnológicos como a mecanização da terra e a incorporação de novas tecnologias de produção sob orientação de engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. O que, para muitos pequenos agricultores, acabou se tornando inviável.

Além dessas mudanças, o investimento na educação dos filhos tornou-se uma necessidade para a família de Valéria. Ela e o marido não tinham tido oportunidade de estudar, por isso sabiam apenas o básico, como ler, escrever e fazer alguns cálculos. Queriam que os filhos estivessem preparados para buscar novos empregos na cidade, em atividades comerciais ou em escritórios, e, assim, pudessem ter uma vida melhor e menos sofrida. Ao afirmar que a cidade cresceu, “foi pra frente”, dona Valéria compara o desenvolvimento desta com outras cidades que teriam permanecido economicamente estagnadas. Em sua fala, demonstra a sua preocupação com a geração futura quando ressalta a importância de ter boas escolas para as crianças poderem estudar:

Eu acho que a cidade foi pra frente muito, muito. Porque se a gente vai nos outros lugares, a gente vê como ainda os lugares são parados, né, tudo. Porque, minha nossa! Eu acho muito bom aqui na cidade, também tem as crianças, podem estudar, tem estudo, né. (Armanje, 2011).

Para ela, as maiores oportunidades de estudo para as crianças e os jovens estariam ligadas ao desenvolvimento do município. Mãe de cinco filhos, ela se preocupava com o futuro deles, vendo nos estudos a oportunidade de melhorar suas condições de vida. Para dona Valéria e sua família, a cidade oferecia novas oportunidades de estudo e trabalho, ainda que viver na cidade, no primeiro tempo, não tenha sido fácil. Dona Valéria descreve esse período como uma época “bem braba”, com pouco serviço. O marido trabalhava como pedreiro e como havia menos demanda para tais profissões na cidade, ele continuava trabalhando na colônia para complementar a renda da família. Segundo ela:

Daí pra ele [marido] era melhor e pros filhos era melhor, e os filhos depois, daí já eram mais grandes, os dois mais velhos, daí eles começaram a trabalhar e daí o terceiro também começou e aqui era melhor pra nós. Só que nos primeiro tempo não era fácil, não tinha muito serviço na cidade, sabe, a cidade não era como hoje. Hoje, os pedreiros não ficam sem serviço, né, e naquela época não era assim, era umas época bem braba, sabe. Daí tinha pedreiros, tinha bastante pessoal, não era assim, porque ele [marido] não tinha firma, não tinha nada, daí ele trabalhava bastante na colônia. (Armanje, 2011).

As mudanças que ocorreram na cidade são descritas por dona Valéria a partir da menção a aspectos físicos e estruturais. Como seu marido era pedreiro e tinha pouco serviço naquele tempo, ela compara o crescimento da cidade com a quantidade de construções existentes hoje, e, conseqüentemente, de serviço disponível para quem trabalha no ramo da construção civil.

Em suas memórias, dona Valéria guarda lembranças do passado como um tempo em que tudo era diferente na cidade. Quando perguntada sobre se a vida dela também havia mudado, ela foi enfática ao dizer:

Minha nossa! E como. Sim, mudou bastante. Deus o livre! Quando nós viemos morar pra cá, não tinha asfalto, não tinha nada. Assim, quando nós morava ali numa chácara, né. Isso ali na cidade não tinha asfalto nem um pouquinho. E agora, desde que nós tamo morando aqui na cidade mesmo, nossa como mudou tudo, como mudou. Deus o livre! Cresceu bastante a cidade. (Armanje, 2011).

Ao dizer que naquele tempo não havia ruas asfaltadas, “não tinha nada”, compara com a cidade atual onde, segundo ela, “mudou tudo”, pois “cresceu bastante”. O crescimento e o desenvolvimento da cidade são vistos por ela como algo positivo, proporcionando novas possibilidades de trabalho para os membros de sua família.

Em nossa pesquisa, percebemos diferenças em relação ao usufruto do espaço urbano entre as mulheres entrevistadas. Algumas não podem sair por doenças ou por problemas de mobilidade. Dona Irmélia, por exemplo, além de se queixar de que nem pode trabalhar mais, não sai muito por conta de problemas de saúde. Ela compara a vida que levava na colônia com a vida na cidade, buscando mostrar que também lá, agora, é possível o conforto. Na época em que morava na colônia não havia luz elétrica nem eletrodomésticos. O clima mais fresco e tranquilo na colônia, com árvores ao redor da casa, é um dos aspectos que a faz repensar a vida na cidade. Para ela, a cidade hoje seria melhor do que a colônia no passado, mas não do que a colônia hoje, por conta da segurança. Na cidade ela teria mais conforto, mas não mais segurança, revelando assim uma preocupação com a crescente criminalidade. Em sua narrativa, ela assim analisa esses aspectos:

Eu nem consigo trabalhar mais, não consigo nem fazer minhas coisas em casa. Ah, eu não sei, eu não sei o que dizer, se é melhor, porque em compensação ao antigo a cidade seria melhor, né, pensando no antigo. Que você não tinha luz elétrica, nós morava lá no sítio, não tinha luz, porque a Itaipu ia vir, então não construíram luz, construíram luz só pra quem ia ficar, né, então você não tinha geladeira, não tinha ar condicionado, não tinha ventilador, não tinha energia, cortava tudo. Então em relação a isso, seria, na época, melhor na cidade, mas como a vida, pra ganhar a vida era mais fácil, porque se você não tava preparado pra assumir um cargo de ganhar bem na cidade, então valia a pena vim morar na cidade, né. Então em relação a hoje, que todo mundo tem energia na colônia, tem água encanada, tem tudo. Então eu acho assim, hoje em dia não se fala mais, que a vida na cidade é melhor, eu trocaria a minha morada por uma morada na colônia e ficaria tranquila, porque na colônia não tem tanta insegurança, não é total segurança, porque também, no nosso caso seria, porque a gente não possui coisas que eles querem, mas pra quem possui carro, ceifas, motores e casas boas, e coisas dentro de casa, sabe, então isso não tem segurança nenhuma. Mas no nosso caso, nós teria mais segurança na roça do que aqui, porque

aqui a gente não sabe se em casa, de noite alguém pode entrar aqui e querer cinco reais, né. Isso, nós na colônia não teria isso, porque na colônia eles só entrariam na nossa casa pra fugir de alguma coisa, mas não pra querer pegar alguma coisa, né. Então nós teria mais segurança na colônia. (Schmitt, I., 2011).

A cidade hoje vive novas dinâmicas e problemas, como o da violência e da insegurança. Segundo ela, o risco de sofrer um assalto é maior na cidade do que na colônia. Para ela, principalmente os pequenos proprietários rurais que não têm carros, máquinas e equipamentos caros, estariam mais seguros. Esse seria o caso dela, segundo ela ressalta, caso tivesse ficado na colônia. Por isso, ela diz que deixaria a vida na cidade e voltaria para a colônia tranquilamente. Já os grandes proprietários de terra, que têm muitas máquinas e “casas boas”, equipadas com modernos eletrodomésticos, correriam um risco maior de sofrer um assalto em suas propriedades.

Já para dona Valéria, a vida melhorou na cidade, porque na colônia poderia não faltar nada, mas também não sobrava. Segundo ela, “tudo tava mais ou menos”, diferente da colônia na atualidade, onde a vida seria melhor. Os colonos teriam seu trabalho facilitado com a introdução de modernos equipamentos que os auxiliam nas tarefas. Ela compara o tempo passado com o tempo presente, principalmente na forma de ordenha das vacas, em geral, à sua época, atividade manual e feita pelas mulheres. Isso seria uma vantagem, do ponto de vista econômico, porque com o aumento da produção teriam um aumento de renda. Assim ela expressa seu ponto de vista:

Mas assim, tudo tava mais ou menos. Agora eu acho, hoje em dia, como na colônia é melhor. [...] Porque naquela época, porque hoje é mais com maquinário, né, porque a gente vê os novo, comércio sabe, é tudo mais, com vaca, isso é mais vantagem, né. Eles falam que não, mas eu acho que sim, né. Porque sempre isso ajuda e no nosso tempo, tudo isso não era muita coisa. (Armanje, 2011).

Dona Valéria segue, em suas reflexões, avaliando as escolhas feitas por ela no decorrer da vida.

É... a vida é assim, tem que levar como ela é, né. Só que agora pra mim é tudo mais fácil, sabe, eu ganho a pensão. Não é muito, é um salário, mas

isso já sempre me ajuda bastante, né. [...] Mas eu sempre gostei assim, da colônia, mas eu vi que não adiantava eu ficar sozinha na colônia, né, e os filhos então trabalhar. Se [os filhos] iam ficar ali na cidade pra comprar o almoço, pra comer, daí o lucro já ia, né e pra vim pra casa era muito longe. Daí ficava melhor, eu aqui na cidade, né. E daí nós tinha essa casinha pra alugar, né, ajudou um pouco e foi indo a nossa vida. [...] E como a casa aqui que tá alugada [no mesmo terreno], isso eu não conto muito, por causa que tem gente, às vez morava e não pagava, daí eu tinha que pagar, mas o que que adianta contá com esse dinheiro, porque esse é um dinheiro que não é sempre certo. Às vez a casa tá parado [vazia], tempo que não tem, tem quem tá morando, né. Mas assim, a pensão é diferente, isso é certo, né. (Armanje, 2011).

As narrativas das mulheres entrevistadas permitem apreender as mudanças no espaço habitado e como elas alteraram suas sociabilidades. Dona Irmélia, ao falar do cotidiano vivido na colônia, ressalta a relação de solidariedade entre vizinhos. Era comum entre as vizinhas a troca de alimentos produzidos na propriedade, bem como de sementes e mudas de flores e chás. Ao falar sobre isso, dona Irmélia tece uma diferença entre a vida daquela época e a de hoje na cidade, em que muitos vizinhos não se visitam. A sociedade atual é representada como uma sociedade da pressa e do consumo, na qual ninguém teria tempo para se visitar, ninguém mais consertaria roupa, diferente “daquela época”. Percebe-se, assim, em sua fala, um sentimento de nostalgia e tristeza, quando ela acentua que “era bem legal” naquela época, pois “a gente tinha mais tempo pros amigos do que hoje”. Sua fala idealiza o tempo passado vivido na colônia, apesar de iniciar relatando as inúmeras tarefas que ela, enquanto trabalhadora, mãe e esposa deveria cumprir, talvez em função da situação vivida hoje em dia:

A gente tinha vaca pra cuidá, tinha galinha pra cuidá, tinha a roça pra cuidá, tinha a casa... Só um detalhe que era bem legal, que a gente tinha mais tempo pros amigos do que hoje. Por que hoje a gente não vai visitar ninguém, né. Ah, porque não dá tempo. Na época que a gente morava na roça, quando era dia de chuva, pegava uma trouxinha de roupa embaixo do braço e ia na casa da vizinha, enquanto remendava roupa, conversava, tomava chimarrão e era uma visita, né. E hoje, você nem remenda roupa e nem visita a vizinha. (Schmitt, I., 2011).

Apesar de afirmar que a vida não era fácil, ela recorda que as vizinhas “davam um jeito” de se encontrar para conversar e tomar chimarrão, mesmo que fosse enquanto costuravam e remendavam a roupa em um dia de chuva. Ela seleciona este fato para acentuar a sentida falta de sociabilidades vivida por ela e pelo marido no presente, apesar do tempo livre proporcionado pela aposentadoria. Mais do que outras mulheres entrevistadas, ela ressalta os compartilhamentos havidos entre as vizinhas no passado, conferindo positividade àquela época através desses realces.

A historiadora Célia Calvo, ao escrever sobre as experiências e vivências cotidianas presentes nas memórias de habitantes da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, assim as interpreta: “[...] suas memórias trabalhavam no sentido de recompor a paisagem desta cidade, chamando atenção para os lugares ou territórios de sociabilidade, construídos no universo do trabalho, nas relações familiares e de lazer” (Calvo, 2001, p. 264). A autora também percebe a presença de contrastes entre o “hoje e o antigamente” nos relatos orais dos velhos moradores da cidade entrevistados por ela.

Contrastes entre o vivido no tempo passado e o presente, entre o espaço rural e o urbano, também são percebidos nas narrativas das mulheres idosas por mim entrevistadas. O “sítio” ou a “colônia”, no passado, em geral são relembrados como um lugar de trabalho constante. É o que se apreende, por exemplo, através das memórias de dona Olinda, 82 anos, casada e mãe de quatro filhos, que mora na cidade há cerca de trinta anos. Ela compara o esforço despendido naquele tempo e a praticidade das tarefas diárias no tempo presente, ao dizer:

[Dona Olinda] – No sítio, então de manhã, levantou às 4 hora, tomava chimarrão, ainda não ficou claro, pegou o serrote e cortou lenha. Antigamente não era fogão a gás, agora tem tudo, por isso acha tudo tão fácil agora.

[Entrevistadora] – Água também, né?

[Dona Olinda] – Aqueles tempo tudo carregar com balde. E quando era seca. Longe, longe... O que que é dois balde de água, assim é muito, mas daqueles tempo...

[Entrevistadora] – Tinha que puxar do poço?

[Dona Olinda] – Do poço. E pra limpar, nós tinha casa grande lá embaixo, tudo calçada. Eu sei que o Harto [filho] muitas vezes, quando ele tava em casa, ele ficou bravo, as meninas limpando a casa e ele tendo que levar água pra cima, com esses dois baldes e já tem que correr [risos]. (Wittech, 2011).

Dona Olinda lembra das dificuldades enfrentadas no período em que era preciso fazer fogo no fogão a lenha, sendo necessário primeiro serrar a lenha que seria usada para o fogo, processo demorado e trabalhoso, muito diferente da praticidade do fogão a gás usado atualmente. Ainda, descreve a necessidade de puxar água do poço, para o consumo e a limpeza da casa, muito mais difícil do que simplesmente abrir a torneira. Os filhos participavam das tarefas, desempenhando-as conforme as posições de gênero ocupadas na família: a menina limpando a casa e o menino puxando água do poço e levando para casa.

A evocação de um passado de trabalho está presente em toda sua narrativa. Também a preocupação em acentuar o aproveitamento, ao máximo, do tempo no trabalho na roça. Assim, comparada com o campo, no passado, a cidade é considerada um lugar de tranquilidade e descanso. Ela ressalta que na cidade o ritmo é marcado pelo relógio, as pessoas também seguem o horário de verão, diferente dos ritmos da colônia, que eram estabelecidos pelas tarefas a serem cumpridas. A noção do tempo no contexto da agricultura era percebida e orientada pelas tarefas.

Diferentemente dos empregados nas indústrias e no comércio, que seguem uma disciplina mais rígida em relação ao horário de trabalho, regido pelo tempo do relógio, para as mulheres aposentadas entrevistadas a vida na cidade proporciona a elas uma liberdade de ir e vir. Elas já estão aposentadas e não têm mais preocupação em relação aos cuidados com os filhos, agora adultos e independentes. Elas administram seu tempo sem seguir uma disciplina tão rígida em relação ao horário. Mas há, em geral, uma preocupação em reservar para o período da manhã os afazeres da casa, para deixar para o período vespertino as atividades sociais.

Também dona Reni aproveita, junto com o marido, os espaços da cidade para as sociabilidades. Eles têm uma vida bem ativa, participam dos encontros no Clube de Idosos, do grupo de Apostolado na Igreja Católica e nas outras tardes da semana jogam baralho com as/os amigas/os. Sobre suas atividades, ela comenta:

[Entrevistadora] – Vocês participam de clube de idosos?

[Dona Reni] – Sim. E como...

[Entrevistadora] – É bom?

[Dona Reni] – Aham. Na igreja... Só pra sair de manhã bem cedo nós... É demorado, é o dia inteiro, a gente cansa. Daí nós não vamo mais, agora,

longe como eles vão, às vez. Essa idade a gente se entrega. [risos] Ele [marido] quer descansar um pouco. Mas é bem legal agora a vida, meu favor!

[Entrevistadora] – Mudou bastante?

[Dona Rení] – Mudou. Eu já falei pros filho, pros parente de Rio Grande, eu nunca achei que ia ganhar um tempo que nem que eu tenho agora. Livre. Pode sair quando tu quer. A gente na colônia, não tinha nem domingo. Em domingo remendei roupa, adiantei comida pra... Eu sempre, sempre tava na roça, de manhã até de noite. As crianças deitadas embaixo do pé de mandioca, com sombra. (Riffel, 2011).

A expressão “mas é bem legal a vida agora”, inserida ao representar sua vida enquanto uma trajetória, denota que, para dona Rení e seu marido, todo o esforço teria valido a pena. O trabalho na roça, inclusive nos domingos, remendando roupa ou preparando comida para a semana, teria assim possibilitado que agora, na velhice, eles pudessem se aposentar e ter uma vida mais confortável, para usufruir de um tempo só para si, livres das obrigações que não permitiam que eles saíssem para se divertir quando jovens.

Considerações finais

Ao ouvir as histórias de vida de mulheres idosas que vivenciaram o processo de migração para o Oeste do Paraná, pode-se perceber como elas valorizam o trabalho exercido ao longo da vida e expressam uma sensação de dever cumprido. Entretanto, muito embora usufruam, na velhice, do tempo livre “só para si”, como ressaltam, têm que lidar com as limitações impostas pela idade e pelas doenças.

Suas histórias de vida abrangem diferentes aspectos de suas vidas, desde o trabalho na roça, a falta de recursos, especialmente financeiros, a criação dos filhos, a migração para o espaço urbano e a posterior aposentadoria. Suas narrativas vêm acompanhadas de emoções geradas pelas lembranças das experiências cotidianas que elas tiveram no decorrer de sua trajetória. Ao narrarem suas vivências, englobam toda a família, referindo-se constantemente aos maridos, filhos e netos, que fizeram e fazem parte do seu universo cotidiano.

Elas são integrantes de uma geração de agricultores que migraram em busca de terra para sua reprodução social, mas que também veem a agricultura

familiar perder espaço para a produção em larga escala de soja e milho. Assim, ao narrar a trajetória dessas mulheres, com base em suas próprias memórias, procurei analisar aspectos da história da agricultura familiar na região, a inserção do agronegócio, a impossibilidade de permanecer no campo e a cidade como alternativa de vida para os filhos.

Ao narrar suas experiências, na condição de aposentadas, essas mulheres buscaram transmitir o significado e o valor que dão ao trabalho, pois sentem uma “estranheza em face de certos costumes atuais” (Bosi, 1994, p. 480). Como analisa Ecléa Bosi, “aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor” (Bosi, 1994, p. 481). Afinal, para os mais velhos, “a memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia” (Bosi, 1994, p. 481).

Por meio das narrativas das mulheres entrevistadas, pudemos perceber também como elas apreendem as intensas transformações dos espaços por elas habitados. Por morarem hoje em outros locais, no espaço urbano, e terem condições econômicas diferentes, foram alteradas suas sociabilidades. Aquilo que elas expressam através das suas memórias, portanto, é o que as marcou no transcurso de suas vidas.

Referências

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos (Uberlândia 1938-1990)*. 292 p. Tese (Doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, SP, 2001.

FERRARI, Walter Junior. *A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon – PR: a produção da cidade a partir do campo*. 180 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFGD, Dourados, MS, 2009.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

PERIS, Alfredo Foncela (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional*: região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

SCHMITT, Judite Veranisa. *Os atingidos por Itaipu*: história e memória – Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. 130 p. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, PR, 2008.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a exclusão e a utopia*: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná). 460 p. Tese (Doutorado em História) – Usp, São Paulo, SP, 2002.

_____. Memórias da luta pela terra: de sem-terra migrantes às ocupações coletivas. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. X, n. 20, p. 94-102, jan./jul. 2009.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO, n. 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.

Fontes orais

ARMANJE, Valéria Wagner. [71 anos]. [nov. 2011]. Entrevistador: Gladis Hoerlle. Marechal Cândido Rondon, 4 nov. 2011.

KOLM, Dora. [77 anos]. [ago. 2011]. Entrevistador: Gladis Hoerlle. Marechal Cândido Rondon, 8 ago. 2011.

RIFFEL, Reni. [76 anos]. [ago. 2011]. Entrevistador: Gladis Hoerlle. Marechal Cândido Rondon, 17 ago. 2011.

SCHMITT, Irmélia Drews. [72 anos]. [out. 2011]. Entrevistador: Gladis Hoerlle. Marechal Cândido Rondon, 8 out. 2011.

VAN DER SAND, Carmelita. [68 anos]. [jun. 2009]. Entrevistador: Gladis Hoerlle. Marechal Cândido Rondon, 9 jun. 2009.

WITTECH, Olinda Camila. [82 anos]. [ago. 2011]. Entrevistador: Gladis Hoerlle. Marechal Cândido Rondon, 26 ago. 2011.

Resumo: O presente artigo tem como propósito a reflexão acerca das experiências e memórias de mulheres agricultoras aposentadas que vivem no espaço urbano do município de Marechal Cândido Rondon, extremo Oeste do estado do Paraná. Analisamos referências quanto ao trabalho e o cotidiano na roça, a migração geralmente do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina para o Paraná, além dos atributos de gênero na “colônia”. Com base nas narrativas orais produzidas a partir das entrevistas de histórias de vida com essas mulheres, são discutidos os diferentes significados e as diversas formas de lidar com a idade e a velhice, assim como as formas como interagem com o mundo ao seu redor. Este trabalho foca a análise nas próprias narrativas dessas mulheres e em como se sentem em relação a todo o processo de vida do qual elas foram sujeitos, seja através do seu modo de trabalhar, viver e se socializar.

Palavras-chave: mulheres, memória, migração campo-cidade, aposentadoria.

Lived experiences of women farmers in western Paraná

Abstract: This article aims to reflect on the experiences and memories of retired women farmers who live in the urban area of the municipality of Marechal Cândido Rondon, far west of the state of Paraná, Brazil. We analyze references to the work and daily life on the farm, the usual migration from Rio Grande do Sul and Santa Catarina to Paraná, as well as gender attributes in the “colony”. Based on oral narratives produced from interviews of life stories from these women, we discuss the different meanings and different ways of dealing with age and old age, and the ways they interact with the world around them. This work focuses on the analysis of these women’s narratives and on how they feel about the whole process of life to which they were subjected, either through the way they work, live and socialize.

Keywords: women, memory, rural-urban migration, retirement.

Recebido em 1º/09/2014

Aprovado em 22/10/2014